

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Inepar Telecomunicações S.A. é uma sociedade de capital aberto e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 00.359.742./0001-08, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0001901 1. Está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, 13º andar, conjunto 1301, parte, CEP 80410-180. A empresa tem como objetivo investir em empresas com operações ligadas às atividades de telecomunicações. Atualmente as suas atividades operacionais estão paralisadas, em atendimento ao processo de reestruturação do Grupo Inepar.

Em 23 de abril de 2013, a Inepar S.A. Indústria e Construções ("Inepar S.A.") controladora da Inepar Telecomunicações S.A. ("Inepar Telecom") veiculou comunicado ao mercado informando que havia aprovado a realização de estudos de viabilidade e conveniência para a implantação de plano de reorganização societária envolvendo a sua controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. ("Iesa Projetos"), empresa essa que desenvolve direta e indiretamente as mais diversas atividades nas áreas de infraestrutura, voltada ao setor de energia elétrica, óleo e gás, mineração e siderurgia e transporte metroviário, consolidando uma valorosa imagem de qualidade e performance.

Neste contexto, a administração da Inepar S.A. considerava que, pelo fato da Iesa Projetos não ser uma sociedade independente, o mercado não a valorizava de forma integral e real no escopo de avaliação dos ativos da controladora. Além disso, a indústria de infraestrutura mecânica e óleo e gás costuma ter múltiplos de negociação superiores, sendo que a eliminação de eventuais contaminações e a concentração de ativos e passivos relacionados à infraestrutura mecânica e óleo e gás em uma entidade independente da controladora fortaleceria seus balanços e acesso a crédito.

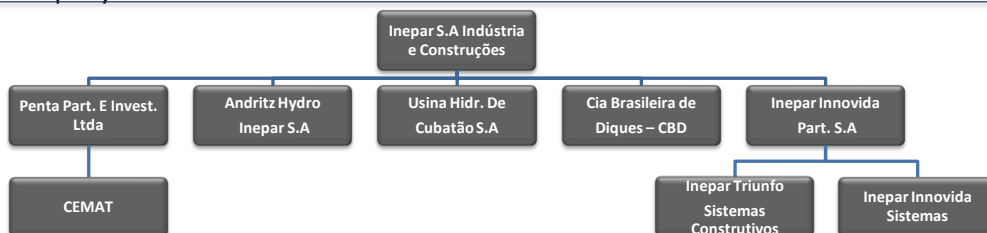
Por essas razões, foi proposta a segregação do segmento de infraestrutura e óleo e gás da Inepar S.A. à Inepar Telecom, por meio da aquisição da totalidade de ações da Iesa Projetos pela Inepar Telecom, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes, por meio do qual a Inepar S.A. e a Inepar Equipamentos e Montagens S.A. se comprometeram a alienar à Inepar Telecom a totalidade de suas participações detidas na Iesa Projetos pelo valor total de R\$605.284.000,00, com base no laudo de avaliação preparado pela Moore Stephens Metri Consultoria Ltda, venda esta sujeita a determinadas condições suspensivas, dentre as quais: (a) o consentimento de terceiros, e (b) aprovação dos acionistas da Inepar Telecom em assembleia geral extraordinária, nos termos do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

Dessa forma, no dia 28 de fevereiro de 2014, a Inepar Telecom, em conjunto com a Inepar S.A., disponibilizaram o Comunicado ao Mercado, informando aos seus acionistas e ao mercado que os acionistas da Inepar Telecom reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, naquela mesma data, para deliberar sobre a aquisição das ações da Iesa Projetos, tendo a acionista controladora Inepar S.A. renunciado ao seu direito de voto, em observância ao parágrafo 1º do artigo 115 da Lei 6.404/76. No entanto, os acionistas minoritários da Inepar Telecom decidiram suspender as deliberações das matérias constantes da pauta de forma a permitir às empresas o tempo necessário para demonstrar aos credores que a Operação não trará prejuízo algum, tendo em vista às garantias existentes sobre as ações da Iesa Projetos, tendo sido deliberado, ainda, que após os esclarecimentos devidos nova Assembleia será convocada para tratar do andamento da operação. Uma vez aprovada a operação pretendida, será alterada a denominação da Inepar Telecomunicações S.A. para IESA S.A. Infraestrutura e Participações,

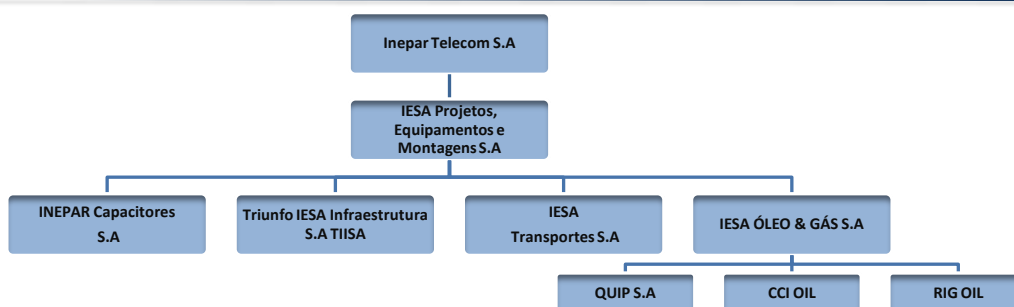
bem como o seu objeto social para incluir atividades relacionadas ao setor de óleo e gás, e de infraestrutura e projetos.

NOVA Estrutura Societária – Spin-Off

Old Company



New Company



4

Toda a operação está em linha com os comunicados feitos nos dias 23 de abril de 2013, 3 de dezembro de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, e fato relevante publicado no dia 11 de fevereiro de 2014.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2014.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da sociedade foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que, no caso da Companhia, em função da inexistência de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, não apresentam diferenças em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo IASB – International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras incluem ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos, aplicáveis a uma empresa com suas atividades operacionais paralisadas, para melhor refletir a posição patrimonial e contábil da Empresa.

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.4 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos.
- b) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- c) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

NOTA 5 – Impostos e contribuições a recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos e contribuições compensados (a)	6.693	6.240
Outras obrigações	<u>16</u>	<u>16</u>
Total	6.709	6.256

(a) Refere-se a saldo de débitos com encargos onde a companhia propôs, junto ao Juizado Federal, a quitação de débitos de impostos e contribuições federais, através da compensação com ativos financeiros junto ao governo federal. Os montantes dos impostos estão registrados pelos valores corrigidos e com os acréscimos previstos na legislação.

NOTA 6 – Transações com partes relacionadas

As transações com empresas ligadas correspondem a saldo de adiantamento para futuro aumento de capital concedido pela controladora Inepar S.A. Indústria e Construções no valor de R\$ 491 (R\$ 17.384 em 2012).

NOTA 7 – Capital Social

O Capital Social da sociedade integralizado é de R\$ 235.691 (R\$ 217.691 em 2012), representado por 313.484.914 (trezentos e treze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e novecentas e quatorze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com direito a voto (88.484.914 em 2012).

Em 28.11.2013, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia o aumento de capital no valor de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), com o lançamento de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 0,08 (oito centavos) por ação, fixado pelo critério de valor de mercado das ações apurado com base nos 30 (trinta) pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data de realização da Reunião do Conselho de Administração de 11/11/2013 que recomendou o lançamento do aumento, valor esse equivale ao valor de créditos de adiantamentos para futuros aumentos de capitais "AFACs" efetuados em moeda corrente pelo acionista controlador Inepar S.A. Indústria e Construções, totalmente subscrito pelo acionista controlador. Da mesma forma, foi assegurado aos demais acionistas não controladores o direito de preferência na aquisição das novas ações subscritas pelo acionista controlador, tendo sido subscritas pelos minoritários 58.363.817 (cinquenta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil e oitocentas e dezessete) das novas ações.

NOTA 8 – Resultado por Ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício pela quantidade de ações emitidas.

NOTA 9 - Instrumentos Financeiros

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos - CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, evidenciados abaixo:

(a) Os saldos de obrigações com a controladora são atualizados pelo índice de correção do IPCA – índice nacional de preços ao consumidor amplo.

- (b) Os valores de despesas financeiras são decorrentes, principalmente, das atualizações dos impostos e contribuições.
- (c) Os valores lançados em outras receitas financeiras referem-se, principalmente, aos descontos obtidos com fornecedores.

NOTA 10 – Receitas e Despesas Financeiras

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras (a)	(465)	(440)
Outras despesas financeiras (b)	<u>(752)</u>	<u>(948)</u>
	(1.217)	(1.388)
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	<u>26</u>	<u>27</u>
	26	27
Resultado financeiro	(1.191)	(1.361)

(a) Referem-se às atualizações sobre débitos tributários.

(b) Referem-se às atualizações sobre valores de adiantamento para futuro aumento de capital.

NOTA 11 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a remuneração dos Diretores e Conselheiros, no ano de 2013, foi no montante de R\$ 81.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Atilano de Oms Sobrinho – Diretor Presidente
Jauneval de Oms – Diretor

CONTADOR:

Sergio Vargas Okuyama – CPF 022.159.738-70 – CRC/PR 029928/O-4
